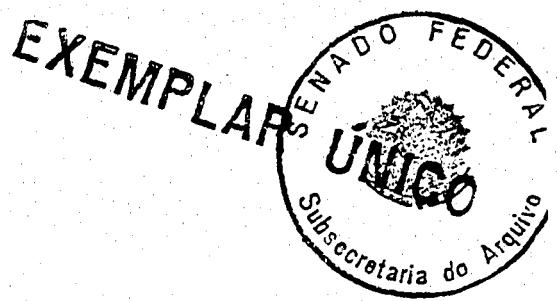


EXEMPLAR ÚNICO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXIX — Nº 24

QUINTA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 1974

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 40^a SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE ABRIL DE 1974

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ARGILANO DARIO — Necessidade do atendimento, pelo BNH, das reivindicações dos moradores da Vila Jardim Camburi — ES.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 7/74-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.298, de 26 de dezembro de 1973, que prorroga a vigência do Decreto-lei nº 1.115, de 24 de julho de 1970. **Aprovado**, à promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 8/74-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, dispõe sobre as contribuições de que tratam o artigo 1º do Decreto-lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944 e o artigo 24 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, alterada pelo Decreto-lei nº 20, de 14 de setembro de 1966. **Aprovado**, à promulgação.

1.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.5 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 41^a SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE ABRIL DE 1974

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Apelo recebido do prof. Bruno Trennepohl diretor da Sociedade Educacional de Três de Maio, solicitando recursos financeiros para manter em atividade aquele estabelecimento.

DEPUTADO GERALDO GUEDES — Necrológio do prof. Manoel Rodrigues Filho.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Criação da Faculdade de Filosofia na cidade de Porciúncula — RJ.

DEPUTADO NINA RIBEIRO — Comentários sobre o massacre de Kyriat-Chemona.

DEPUTADO ARNALDO BUSATO — Regulamentação do PROAGRO.

DEPUTADO CARDOSO DE ALMEIDA — Importação de algodão em detrimento da produção brasileira.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Crise no abastecimento do óleo de soja.

DEPUTADO PRISCO VIANA — Ato do Ministro do Trabalho revogando Portaria que disciplina a legislação eleitoral sindical.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — XVIII Congresso Paulista de Municípios.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Transcurso da data nacional da Austrália.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 9/74-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.294, de 19-12-73, que cria o cargo de Presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. **Aprovado**, após usar da palavra no encaminhamento da votação o Sr. Bonifácio Neto. À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 10/74-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.304, de 8 de janeiro de 1974, que dispõe sobre a sistemática de captação de incentivos fiscais deduzidos do Imposto de Renda, e dá outras providências. **Aprovado**, à promulgação.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, às 10 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO

EXEMPLAR ÚNICO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Chefe da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 100,00
Ano	Cr\$ 200,00

Via Áerea:

Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3 500 exemplares

ATA DA 40ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE ABRIL DE 1974

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PAULO TORRES

Às 10 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guiomard — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luís de Barros — Jessé Freire — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Gustavo Capanema — José Augusto — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Emíval Caiado — Fernando Corrêa — Italívio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Matos Leão — Octávio Cezário — Antônio Carlos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nossa Almeida — ARENA;
Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Raimundo Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA.

Piauí

Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Heitor Cavalcante — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA; Severo Eulálio — MDB.

Ceará

Edilson Melo Távora — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Ozires Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etielvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Sampaio — ARENA; Oceano Carleial — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rolemberg — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo Flóres — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Hannequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; João Borges — MDB; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Necy Novaes — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Régo — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Dirceu Cardoso — MDB; Élcio Álvares — ARENA; José Carlos Fonseca — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Adolpho Oliveira — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Amaral Netto — ARENA; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Eurípides Cardoso de Menezes — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lysâneas Maciel — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Reynaldo Santana — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonseca — MDB; Fernando Fagundes Netto — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozonan Coelho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio de Abreu — MDB; Sival Boaventura — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alceu Gasparini — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Arthur Fonseca — ARENA; Athiê Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Braz Nogueira — ARENA; Cantidio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas No-

bre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ildeílio Martins — ARENA; Italo Fittipaldi — ARENA; João Arruda — MDB; José Camargo — MDB; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Orensy Rodrigues — ARENA; Paulo Abreu — ARENA; Paulo Alberto — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Raydalmeida Barbosa — ARENA; Salles Filho — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sílvio Lopes — ARENA; Sylvio Venturolli — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasílio Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fansone — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Braga Ramos — ARENA (SE); Flávio Giovine — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Luiz Losso — ARENA (SE); Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Roberto Galvani — ARENA; Túlio Vargas — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeini — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Cesar Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Francisco Grillo — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dallanhö — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaral de Sousa — ARENA; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Célio Marques — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Helbert dos Santos — ARENA; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Mário Mondino — ARENA; Milton Cassel — ARENA (S); Nadyr Rossetti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Sinal Guazzelli — ARENA; Vasco Amaro — ARENA; Victor Issler — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 283 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Argilano Dario, primeiro orador inscrito.

O SR. ARGILANO DARIO (Pronuncia o seguinte discurso: Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Não é demais trazer a esta Casa, ao Congresso Nacional, assunto aparentemente de pequena relevância. Não é demais porque se refere àqueles que contribuem para a grandeza deste País, trabalham e confiam na direção dos homens de nossa Pátria, e portanto aguardam as providências de quem as pode dar, e de quem tem obrigação de dá-las.

Refiro-me, Sr. Presidente, ao problema de uma grande vila que margeia — se podemos empregar este termo — toda a praia de Camburi, até terminar no porto de Tubarão: a chamada Jardim Camburi, magnífica área de residências da média sociedade capixaba. Os habitantes dessa vila, construída pelo BNH, Sr. Presidente, vêm há muito tempo solicitando melhoramento do fornecimento d'água, prometido antes da construção e em decorrência de obrigação contratual, calçamento, pavimentação, enfim, melhores condições para a vida normal daqueles que ali residem, daqueles que compraram a bom preço suas habitações.

São milhares de pessoas que se têm dirigido nesse sentido ao Presidente do Banco Nacional da Habitação, através de cartas, como as que faço registrar aqui, inclusive acompanhadas de recibos postais, para que não se alegue que a correspondência não chegou ao seu destino.

As solicitações, Sr. Presidente, são cada vez mais veementes, uma vez que o povo ali residente se encontra angustiado pela falta de atenção do Banco em relação àqueles que têm contrato com ele.

Ao final, Sr. Presidente, alguns habitantes, não conseguindo isoladamente a melhoria, resolveram formular um abaixo-assinado — que também faço constar deste discurso — ao ilustre Presidente do Banco Nacional da Habitação. Foram passados, também, Sr. Presidente, muitos telegramas que aqui também estão relacionados. Incorporo-os a este pálido discurso, para comprovar os pedidos e demonstrar a desatenção que o Banco Nacional da Habitação comete com aqueles que pagam o imóvel comprado com juros altos e correção dura.

De modo que, fazendo registrar esse acontecimento, em nome de todos os habitantes daquela pequenina grande cidade, na magnífica praia de Camburi, que termina onde começa o grande e extraordinário porto de Tubarão, solicito a V. Ex^t, nobre Presidente do Congresso Nacional, Senador Paulo Torres, que interfira, diretamente com a sua autoridade, junto ao Presidente do BNH, no sentido de que as reivindicações tentadas aqui por esses documentos sejam tomadas em consideração, porque é um dever, é uma obrigação dessa instituição de crédito atender àqueles que pagam alto preço por uma habitação e que não estão sendo atendidos naquilo que é mais importante para o bem-estar social de quem ocupa tais residências, embora estas sejam muito boas.

De modo que, Sr. Presidente, fica dirigido a V. Ex^t, e especialmente, ao Presidente do BNH, bem como a todas as autoridades, este apelo que parece de pouca importância mas, para nós do Estado do Espírito Santo, tem muita valia. E deixo, aqui, registrado, também, o meu protesto, pela falta de atenção do Banco Nacional da Habitação, com os pedidos transmitidos em cartas, telegramas e no grande abaixo-assinado solicitando o que é de direito.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ARGILANO DARIO, EM SEU DISCURSO:

Vitória (ES), 13 de março de 1972

Exmo. Sr.
Presidente do Banco Nacional da Habitação
Rio de Janeiro (GB)

Contemplado que fui com o financiamento desse Banco, adquiri em 30-9-71, uma casa no local denominado Jardim Camburi, rua 5, quadra 65, lote 24, casa nº 895, onde passei a morar a partir de novembro de 1971.

O referido conjunto compreende aproximadamente 400 casas, ocupadas quase em sua totalidade. Local por demais aprazível, situado perto da orla marítima da praia de Camburi, tem como agravante o fornecimento de água, que é feito de maneira precária, extraída de poços, que não atende a demanda, faltando freqüentemente. Caso isso não bastasse, o líquido se apresenta com cor barrenta, cheio de impurezas, constituindo verdadeiro perigo para a saúde dos habitantes daquele local.

Para comprovação da afirmativa retro-exarada, estou encaminhando a V. Excia. um litro de água colhida sábado passado à noite na torneira de minha residência. Peço-lhe a gentileza de determinar providências urgentes e severas no sentido de que haja um melhoramento na distribuição e qualidade do precioso líquido, fundamental à subsistência humana, dando-lhe as características de que deve revestir-se.

Para orientação de V. Excia., devo informá-lo de que inúmeros outros conjuntos residenciais implantados pelo B.N.H. têm o serviço de abastecimento de água feito pelo CESAN, órgão que oficialmente distribui água tratada em todo o Espírito Santo.

Certo de que o meu apelo que é, também, o de centenas de outros, encontrará guarida no alto espírito de compreensão e humanidade de V. Excia., quero, também, aproveitar-me da oportunidade que se oferece para apresentar-lhe os protestos de elevada consideração,

Respeitosas Saudações. — Roberto de Oliveira.

MOD. N. 246 (MIL. 712)
DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

Diretoria Regional J

SERVÍCIO POSTAL AE. FRS

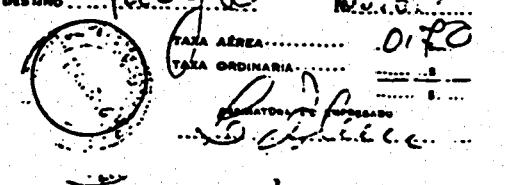
CERTIFICADO DE REGISTRO

DESTINO RIO G. B

N.º 76

DATA AÉREA 01/02

DATA ORDINARIA 01/02



MOD. N. 26 (M)

DIRETÓRIO REGIONAL I

SERVIÇO POSTAL AÉREO

CERTIFICADO DE REGISTRO

DESTINO: R. C. J. N. S. (Face II)

N.º 60391

TAXA DE ENVIOS 0-65

TAXA ORIGEM 0-65

DATA DE EMISSÃO 10-5-74

DATA DE VENCIMENTO 10-6-74

Assinatura do destinatário

Presidente da Bco. Nacional da Habitação - RJ

Nome do destinatário Presidente Wilson Lobo

Endereço Rio de Janeiro (GB)

Número de registrado (ou do Vale) 60391

Valor declarado (ou importância do Vale): Cr\$

Natureza do objeto:

Data de registrado ou emissão: 10-5-74

RECEBIDO

Assinatura do destinatário

Devolver diretamente ao correio de origem

Car. de destino

Assinatura do destinatário

Devolver diretamente ao correio de origem

Car. de destino

Presidente Wilson Lobo

Nome do destinatário Presidente Wilson Lobo

Endereço Rio de Janeiro (GB)

Número de registrado (ou do Vale) 694563

Valor declarado (ou importância do Vale): Cr\$

Natureza do objeto:

Data de registrado ou emissão: 24-5-74

RECEBIDO

Assinatura do destinatário

Devolver diretamente ao correio de origem

Car. de destino

Assinatura do destinatário

Devolver diretamente ao correio de origem

Car. de destino

Vitória (ES), 24 de maio de 1972

Exmo. Sr.

Dr. Rubens Vaz da Costa
 Presidente do Banco Nacional da Habitação
 Rio de Janeiro (GB)

Em 13 de março do corrente ano, encaminhei a V. Ex^e, acompanhado de carta, contendo minuciosa explicação, um litro de água de que é servido o Jardim Camburi.

O litro de água, como a carta cuja cópia anexo a presente, foi entregue pessoalmente ao Sr. Josmar de Oliveira Totaro, agente do BNH, que se comprometeu de enviá-las através de malote, diretamente a V. Ex^e.

Como até a presente data não recebi nenhuma resposta ao apelo que nela se contém, volto, novamente, à presença de V. Ex^e para reiterar o pedido formulado, encarecendo suas energicas providências no sentido de solucionar o problema do abastecimento de água para aquela zona já que, em todos os conjuntos, como por exemplo, o Goiabeira I e II, que dista apenas de 3 quilômetros do nosso, são servidos, normalmente, por água do CESAN, empresa que fornece água para quase todo o Espírito Santo.

Remeti, hoje, através de registro postal aéreo "AR", sob nº 69.391, novo litro de água colhido na torneira de minha residência, para que V. Ex^e possa verificar a impossibilidade de sua utilização no preparo de qualquer alimento, obrigando-me diariamente a buscar aqui na cidade o necessário para o meu uso e de meus familiares.

Saudações. — Roberto de Oliveira, A/C do Banco do Brasil — RECON — Vitória — Est. do Esp. Santo.

DR. RUBENS VAZ DA COSTA (Face II)

Nome do destinatário AVENIDA CHILE, 230 - 27º ANDAR

Endereço RIO DE JANEIRO GUANABARA

Cidade Estado

Número de registrado (ou do Vale) 931572

Valor declarado (ou importância do Vale): NC

Natureza do objeto:

Data de registrado ou emissão: 24-5-74

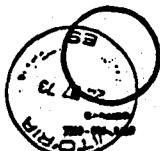
RECEBIDO

Recebi o objeto a que se refere este A.R.

de _____ de 19 _____

Assinatura do destinatário

Devolver diretamente ao correio de origem

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**SERVÍCIO REGISTRADO****N.º 231572 ESPÉCIE: 3,10**

24-5-74
 R. J.
 231572
 3,10
 24-5-74
 231572
 3,10

Exmo. Sr.

Dr. Rubens Vaz da Costa
 Presidente do Bco. Nacional da Habitação
 Av. Chile, 230 — 27º andar
 Rio de Janeiro (GB)

Sr. Presidente

A esperança que trazemos dentro de nós mesmos, em conseguirmos algo que achamos justo, honesto e que temos direito, é que nos obriga em determinadas ocasiões a insistir, persistir no mesmo apelo.

Assim é que novamente passo a lhe enviar a terceira carta a respeito da má qualidade de água que é fornecida no Bairro Jardim Camburi. Com a devida vênia, junto cópia das mesmas, certificado de registro "AR", fornecido pela Empresa de Correios e Telégrafos, lamentando não ter sido distinguido com qualquer resposta até a presente data.

Esclareço que por ocasião de sua última vinda a Vitória, para celebração do contrato de financiamento para urbanização do recém-criado bairro Jardim da Penha, era o meu desejo falar-lhe pessoalmente, porém, por sugestão do Dr. Arizio Varejão, do INOCOP, me foi dado o prazer de conhecer o Dr. José Salazar Filho, Gerente Regional da DR-6, que mui gentilmente ouviu os meus reclamos, como também mandou um dos seus assessores ao nosso bairro. Este se certificou da má qualidade da água e ouviu a reclamação de grande número de moradores e ao partir, deixou conosco a esperança de uma solução para tão angustiosa situação.

Muitos meses se passaram e nada foi feito, o problema se agravou, pois antes ainda podíamos reclamar junto a Soc. Hercules Ltda., e agora nem isso, pois todas as casas do bairro estão entregues a Tamoyo-Associação Poupança Emprestimo, entidade financeira do BNH.

Tenho a certeza e confiança de brasileiro que sou, nas palavras do Presidente Médici, quando anunciou à Nação, a criação do Plano Nacional de Saneamento. Disse: "O PLANHAP garantirá, de forma permanente, em todo o País, a oferta de água de boa qualidade, o controle da poluição hídrica, mediante implantação de serviços de esgoto".

Isto posto, espero merecer a sua especial atenção para o assunto. — Roberto de Oliveira (20-8-45), A/C DO BCO DO

BRASIL S/A RECON — 6º ANDAR — VITÓRIA — EST. DO ESP. SANTO.

Vitória-ES, 13 de agosto de 1973.

À

TAMOYO — Associação de Empréstimo e Poupança
Av. Governador Bley
Vitória-ES

Prezados Senhores,

Estamos anexando memorial contendo assinaturas de moradores do Bairro Jardim Camburi, desta Capital, onde se reivindicam os melhoramentos de que carecem aquele bairro e que são objeto de estudos já encetados por essa Entidade.

No enredo, solicitamos seja dispensada a atenção que o assunto requer, em caráter prioritário, e estamos certos de que V. Ss. intercederão junto ao Banco Nacional da Habitação, corroborando as afirmativas daquele documento, buscando, assim, uma solução definitiva para os graves problemas daquela área.

Saudações. — Roberto de Oliveira — Jairo Martins Cunha

TAMOYO-ASSOCIAÇÃO POUANÇA EMPRÉSTIMO (Face II)

Nome do destinatário
AV. GOVERNADOR BLEY Nº 186

Endereço
VITÓRIA Estado
Cidade ESPÍRITO SANTO

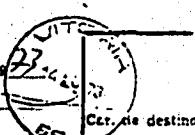
Número do registrado (ou do Vale) 010011
Valor declarado (ou importância do Vale): NCs

Natureza do objeto:
Data do registrado ou emissão:

RECIPO

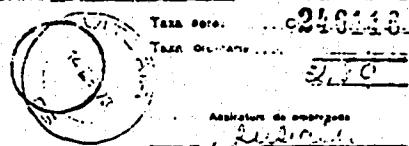
Recebi o objeto a que se refere este A.R.

Leandro Oliveira
Assinatura do destinatário
Devolver diretamente ao correio de origem



DEPARTAMENTO USO CORREIOS E TELEGRAMAS
Número Registral

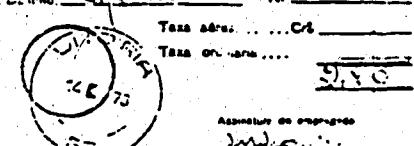
SERVICIO POSTAL AÉREO
CERTIFICADO DE REGISTRO N.º 246115
Lote



Assinatura do encarregado

DEPARTAMENTO USO CORREIOS E TELEGRAMAS
Número Registral

SERVICIO POSTAL AÉREO
CERTIFICADO C. REGISTRO N.º 246117
Lote



RIO, RJ
DR. RUBENS VAZ DA COSTA
PRESIDENTE DO BCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (Face II)

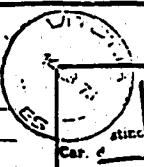
Nome do destinatário
AVENIDA CHILE Nº 230 — 27º ANDAR
Endereço
RIO DE JANEIRO Estado
Cidade QUANABARA

Número do registrado (ou do Vale) 046116
Valor declarado (ou importância do Vale): NCs
Natureza do objeto:
Data do registrado ou emissão: 14-08-73

RECIPO

Recebi o objeto a que se refere este A.R.

[Signature]
Assinatura do destinatário
Devolver diretamente ao correio de origem



Ilmº Sr. Presidente do Banco Nacional da Habitação

Os abaixo assinados, moradores do bairro Jardim Camburi, vêm com a devida vênia, expor o seguinte:

1º) O bairro Jardim Camburi, situado na orla marítima da praia de Camburi, dista do centro de Vitória 12 kms, enquadrandose, portanto, na área da Grande Vitória, capital do Espírito Santo;

2º) O bairro foi construído pela Sociedade Hércules Ltda., e atualmente está entregue à Tamoyo Poupança Empréstimo, entidade financeira do B. N. H.;

3º) Não dispõe de meios rápidos de comunicação, a não ser um único telefone, pertencente à firma construtora, e que fica à nossa disposição somente no horário de 8 às 18 horas, após o que ficamos completamente isolados;

4º) Pagamos atualmente Cr\$ 560,61 mensais pela amortização do imóvel adquirido, a maior taxa de qualquer conjunto implantado ou financiado pelo B. N. H. no Espírito Santo;

5º) Não possuímos hidrante no bairro, mesmo por que não temos água, o que nos deixa em constante sobressalto em caso de um possível incêndio, agravado pela dificuldade de comunicação;

6º) O conjunto compreende 400 casas, com cerca de 2.000 moradores, sem dispor de ruas calçadas, e servido em parte por rede de esgotos;

7º) Temos, como agravante, o fornecimento de água, que é extraída de 4 poços, e levada para nossas residências através de recalque. Além da constante falta do líquido, que não atende à demanda, temos ainda a citar a má qualidade, já de seu conhecimento, conforme amostra enviada a V. Sº sob registro aéreo "AR" nº 69391, pelo nosso morador Sr. Roberto de Oliveira, proprietário da casa 895, rua V.

Sem ser preciso dizer, que o líquido precioso é fundamental à subsistência humana, e que sua falta não permitirá que permaneça-

mos no local, firmamos o presente de próprio punho, conscientes e cientes, de que nosso apelo é justo e humano, e encontrará guarida e atenção no alto espírito de compreensão e humanidade de V. Sº.

N. Termos

P. Desferimento. — Roberto de Oliveira, Rua 5, Casa 845 — Jairo Martins Cunha, Rua 5, Casa 573 — José Antônio Nunes do Couto, Rua 5, Casa 597 — Antônio C. Moreira da Rocha, Rua 5, Casa 863 — Adonias Lyra, Rua 2, Casa 541 — Paulo Décio Fonseca de Aguiar, Rua 5, Casa 771 — Virgílio Braz de Carvalho, Rua 5, Casa 878 — Flório Baltazar, Rua 2, Casa 720 — Carlos Alberto Casotti, Rua 2, Casa 784 — Hilda Faria dos Santos Oliveira, Rua 2, Casa 751 — P. Nadyr Jardim Faria dos Santos, Rua 2, Casa 759 — Nilo Abbade Filho, Rua A, Casa 695 — José de Castro Ferreira, Rua 5, Casa 886 — Décio Barbosa Leite, Rua 5, Casa 887 — Hilda Maria Marques Rodrigues, Rua 5, Casa 854 — Delnir Dipré, Rua 5, Casa 10 — Maria Auxiliadora B. Moraes, Rua 5, Casa 838 — Afonso Neves Gonçalves, Rua 5, Casa 807 — Osvaldo de Azevedo, Rua 6, Casa 402 — Pedrinho Muniz Delfino, Rua 5, Casa 1000 — José Batista Filho, Rua 5, Casa 894 — Márcio Lins de Séllos, Rua 5, Casa 855 — Gilvan Buldeu, Rua 5, Casa 847 — José Luiz Ribeiro Simões, Rua 5, Casa 806 — D. Menna Barreto, Rua 5, Casa 645 — Álvaro de Lima Machado, Rua 5, Casa 588 — José Lugon, Rua 5, Casa 460 — Marco Antônio Passamani, Rua 6, Casa 570 — Delmo Galuppo, Rua 6, Casa 626 — Luiz Carlos B. Fortes, Rua 6, Casa 830 — Honório Barbosa da Silva, Rua 6, Casa 354 — Norberto Lúcio Ribeiro, Rua 6, Casa 1000 — Arary Moura Neves, Rua 5, Casa 707 — Francisco da Cunha Ramalhes, Rua 4, Casa 604 — Mário Dinelli Filho, Rua 4, Casa 430 — Watson de Araújo Monteiro, Rua 4, Casa 843 — Jubal Nogueira, Rua 4, Casa 867 — Rubenval de Oliveira, Rua 4, Casa 882 — Fernando Pinto Almeida, Rua 4, Casa 883 — François Ribeiro, Rua 4, Casa 840 — Fernando Ferreira Moraes, Rua 4, Casa 841.

Emprêsa Brasileira de Correios e Telégrafos

RECIRO DO TELEGRAMA ABAIXO DISCRIMINADO

Espacío reservado a autenticación mecánica

Presidente PNII 20/03/73

DESTINO :

Será preenchido p/ expedidor

Exercer reservado à autenticação mecanica

202177-115-7507

Digitized by srujanika@gmail.com

1919

5

ECT

BORA DA FABABUNHO

— 1 —

Iniciais do operador

ENDERÉÇO	INDICAÇÕES DE SERVICO TAXADAS
DESTINATÁRIO: DR. RUBENS BAZ DA COSTA- PRESIDENTE BNH RUA CHILE, 230 - 27º ANDAR	
CENTRO	
(Rua, Avenida, etc.)	
CIDADE: RIO DE JANEIRO	
(Bairro)	
ESTADO: GUANABARA	
(ou nome da estação móvel nos radiogramas)	
(ou nome da estação terrestre nos radiogramas)	
CONFIRMANDO DIZERES CARTAS 13/03/72, 24/05/72, 24/07/73 E MEMORIAL ENVIADO SOB REGISTRO AR 246116 EM 14/08/73, SOLICITO SUA INTERFERENCIA FALTA D'AGUA BAIRRO JARDIM CAMBURI. ESCLAREÇO QUE IDENTICA SOLICITAÇÃO FAÇO DR. ROBERTO BENEDITO CHERMONT, DA TAMOYO APE, AGENTE FINAN CEIRO DO BNH. ROBERTO OLIVEIRA	
EXPEDIDOR: ROBERTO OLIVEIRA A/C ECO DO BRASIL - RECON	
TELEFONE:	
RUA: VITÓRIA (ES) BAIRRO:	

Abril de 1974

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Quinta-feira 18 0607

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

RECEIPO DO TELEGRAMA ABAIXO DISCRIMINADO

Espaço reservado à autenticação mecânica

Tamoyo - 20/4/74/F3

DESTINO :

Será preenchido p/ expedidor

Espaço reservado à autenticação mecânica

03175 4716 10074 - 007.50 - 0000000

E C T
Hora da transmissão

Iniciais do operador

INDICAÇÕES DE SERVICO TAXADAS

ENDERECO

DESTINATÁRIO: DR. ROBERTO BENEDITO CHERMON-A/C DA TAMOYO APE

AV. GOV BLEY 186

CENTRO

(Rue, Avenida, etc.)

CIDADE: VITÓRIA(

(Bairro)

ESTADO: ESP. SANTO

(ou nome da estação móvel nos radiogramas) (ou nome da estação terrestre nos radiogramas)

TEXTO E ASSINATURA

SOLICITO SUAS URGENTES PROVIDÊNCIAS PARA REGULARIZAÇÃO D'AGUA BAIRRO JARDIM CAMBURI. RUAS 4, 5 e 6 DE DOMINGO SEM AGUA. ESCLAREÇO IDENTICA SOLICITAÇÃO ESTOU ENDEREÇANDO PRESIDENTE B. N. H. ROBERTO OLIVEIRA.

EXPEDIDOR: ROBERTO DE OLIVEIRA
~~A/C DO BLOCO DO BRASIL S/A-REGON~~ TELEFONE:
RUA: VITÓRIA(ES) BAIRRO:

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (Pronuncia o seguinte discurso)

— Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Depois de uma seqüência de noticiário, os jornais anunciaram a remessa ao Congresso, antes de 15 de maio, de lei complementar determinando a fusão do Estado da Guanabara com o Rio de Janeiro.

Sei que não basta uma ponte como elo de ligação para justificá-la. Como esquematizá-la no campo econômico, sem os percalços da fusão na área política e administrativa?

Sem entrar no mérito da magna questão, permitam-me, nobres colegas, a singeleza das interrogações que seguem:

— Que critério adotar-se-á para o funcionalismo, tendo em vista o desnível dos padrões dos vencimentos entre os Estados?

— Qual o suporte orçamentário e encargos decorrentes?

Diz o vice-líder da ARENA na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Deputado João José Galindo: "Acho que a política não pode viver distante ou esquecida da realidade sócio-econômica, da qual é filosofia e ação. Por isso, o político deve, no caso específico da fusão dos dois Estados, se atter com mais acuidade na análise de realidade sócio-econômica dos dois Estados para daí extrair a sua orientação pessoal." (Gb, 13-7-74).

Não sou contra a fusão dos dois Estados. É um problema de planejamento e reconhecimento de sua praticabilidade. Esta é minha opinião pessoal, aguardando apenas o pronunciamento do meu Partido.

Sou contra, sim, o pronunciamento de "Que a fusão seria a salvação da Guanabara." (JB de 10-4-74, fol. 3). Não é verdadeira a afirmação e mostraremos que o Estado da Guanabara tem recursos suficientes para sua autoafirmação política e econômica.

Vejamos Srs. Congressistas:

Em 20-7-1971, respondendo à Representação da Guanabara, desejosa de auferir recursos da Presidência da República, encaminhei um modesto trabalho de 41 folhas como subsídio e colaboração ao desenvolvimento do meu Estado.

E dizia: "Em que pese a promoção sobre o "esvaziamento", quais as medidas elaboradas e as sugestões indicadas como resultante de um conjungido de forças capaz de reativá-la? Como impedir o retrocesso econômico do Rio de Janeiro e favorecer as condições do seu crescimento equilibrado e auto-sustentado?"

E respondia: "Com metas perenes, implantadas em sólidas fundações de infra-estrutura."

Em face do silêncio e da apatia do Governo Estadual, minha responsabilidade foi definida na tribuna desta Câmara:

a) Passei a ler no plenário parte do trabalho, como subsídio e crítica construtiva;

b) e, em vez da dinâmica esperada, a inércia foi a recíproca.

Em consequência assinalei os senhores do Sr. Chagas Freitas, objetivando:

1º demonstrar ao eleitorado que meu partido estava atuante, atento e fiscalizador;

2º desincompatibilizar o MDB, que perdia substância governamental.

Como subsídios, a valorização econômica do Estado da Guanabara mostrava:

A importância do rio Paraíba, considerando o estado tributário econômico desse grande rio e ocupando o terceiro lugar na Federação em número de indústrias. Além das indústrias, cinco milhões de pessoas, aproximadamente, estão na dependência desse rio de integração regional. As metas, portanto, seriam:

— água potável;

— energia elétrica: luz e força.

O rio Paraíba tem importância capital para a região geoeconômica de sua bacia, que se estende por 3 Estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Dela procedem 80% da energia elétrica dos sistemas Rio-Light. As grandes obras de captação do Rio Guandu

para o abastecimento da Guanabara não poderiam ter sido realizadas se este rio não recebesse a descarga das Usinas de Fontes e Nilo Peçanha. O seu vale apresenta condições excepcionais para nele instalar-se a plataforma industrial mais bem dotada de todo o continente sul-americano, graças a abundância de água e suprimento de energia elétrica, conjugados ao escoamento da produção e proximidades dos grandes centros consumidores.

Não é privilégio do Estado da Guanabara os benefícios deste importante rio, mas, também, 17 municípios fluminenses e dois mineiros, são servidos pelo sistema de produção e distribuição de energia da Rio-Light S. A. Essa região, com uma população equivalente a 6,69% do total do País, consome 16,4% de toda a energia elétrica fornecida, apresentando um índice de consumo per capita de 761 WH, ultrapassando na cidade do Rio de Janeiro, com 704; Belo Horizonte com 891; São Paulo com 947. Devemos considerar que o índice geral do Brasil é de 290 WH por habitante ano.

Srs. Congressistas, sabemos que o segundo parque industrial do País está localizado nessa região, e o Estado da Guanabara, tributário econômico desse grande rio de integração regional, assim se apresenta:

Em número de estabelecimentos industriais ocupa o Estado da Guanabara o terceiro lugar, logo abaixo de São Paulo e Rio Grande do Sul, embora quanto ao volume de produção seja o segundo!!!

A exportação em 1972, em Cr\$ 1.000 cruzeiros, foi 1.895.104, enquanto o Estado do Rio de Janeiro foi apenas de 94.016. A importação em 1972, em Cr\$ 1.000 cruzeiros, foi de 7.241.598, enquanto o Estado do Rio de Janeiro foi de 168.579 (JB de 13-4-74).

Perguntamos nós, nobres colegas: Por que "a fusão seria a salvação", se existem na Guanabara um total de 5.908 estabelecimentos industriais? (estatística do IBGE-1965).

Além das grandes indústrias de construção naval e civil, temos os setores metalúrgicos, material de transportes, produtos químicos e farmacêuticos, têxtil, vestuários e calçados, editorial e gráfico, produtos alimentares, frigoríficos, mecânicos, azulejos, cerâmica, papelão, papel, refrigerantes, etc...

Não aceitamos justificar a fusão como único meio de salvação da Guanabara! O meu Estado dispõe de larga faixa de recursos para manter industrialmente forte, não fosse a inoperância e estreiteza de visão, de uma administração simplificada na expressão fracionária da mediocridade. E a saída, nobres colegas, seria a implantação do "Distrito Industrial de Santa Cruz", segundo rubrica do nosso trabalho de referência.

Medida urgente, como a grande saída para o Estado manter industrialmente forte e permitir a implantação de novas fábricas, como fonte perene de recursos, seria o Distrito Industrial de Santa Cruz.

Cerca de 40.000 pessoas, já residentes na Zona Oeste, poderiam dispor de 20.000 empregos que seriam gerados com a sua implantação. O Estado deveria dinamizar a Zona Oeste com:

1º) A adoção de justa política de incentivos;

2º) A criação de instrumentos legais e sua regulamentação.

O que foi feito?

— Nada!

O Estado do Rio de Janeiro, ao contrário da Guanabara, desenvolve um atraente plano de estímulo à iniciativa privada, o que tem motivado a evasão de várias indústrias cariocas para o território fluminense. Deveria o Governo da Guanabara agir a tempo de impedir, ao menos, que não fugissem de vez as grandes empresas que aqui resistem aos ônus de pesados tributos, oferecendo facilidades idênticas às que oferece o Governador do Estado do Rio de Janeiro, fácil seria fixar aqui o capital dos investidores que se proponham a contribuir para o progresso da Guanabara. O estímulo às indústrias que desejasse instalar-se em Santa Cruz poderia ser fornecido através da doação de terrenos e financiamentos a longo prazo sem as distorções do Banco Nacional da Habitação, procedida antes, com as necessárias cautelas, a seleção das firmas interessadas, se quiser assegurar

rar a sua autonomia, não poderia prescindir do crescente aumento do seu parque industrial. Afinal, com quase quatro milhões e meio de habitantes, caberia ao Estado a responsabilidade de promover o equilíbrio social, criando os meios para absorver a mão-de-obra ociosa e de diversificar a sua arrecadação.

O Distrito Industrial de Santa Cruz considerado como a "única saída" para o Estado manter-se industrialmente forte e permitir a implantação de novas fábricas no Rio, teria que libertar-se dos maiores e estados de viabilidade por onde se arrasta desde 1961. Várias indústrias tentaram localizar-se nesta região, mas desistiram por não encontrar a infra-estrutura necessária. Acreditava-se que, decorridos dez anos depois de adquiridos os 7.200 mil metros quadrados para a instalação da "Cidade Industrial", as primeiras indústrias pudessem iniciar a produção na zona norte da cidade.

Que vemos?

Que o Distrito Industrial poderia deixar de ser um plano para se transformar numa realidade, já em 1972!

Além dos recursos de 5 milhões, consignados no orçamento carioca, a venda de ações da "CONSIGUA" pela COPEG ao Grupo Gerdeau por 10 milhões de cruzeiros, garantiriam a execução das obras de urbanização necessárias nos prazos previstos. O custo total da implantação pelo Estado da zona industrial foi calculado em 30 milhões. Os arruamentos do primeiro setor a ser entregue já foram feitos? Já foram executados, pelo DNOS — Departamento Nacional de Obras Sanitárias — por encomenda da COPEG, a rede de canais para a área? São as interrogações que fazemos desde 1971.

Prevendo um total de 706 lotes para empresas industriais e de serviços, o plano de instalação do DISC apresenta, contudo, uma série de exigências aos que pretendem instalar-se no futuro polo industrial do Rio. Estas exigências tiveram por objetivo evitar a simples transferência especulativa de empresas já localizadas em outros pontos do Estado, já que os lotes industriais são cedidos a preços simbólicos.

Por outro lado, caberia à COPEG utilizar o incentivo representado pela cessão do terreno para selecionar o tipo de indústria ou atividade que mais interessa ao Estado, principalmente no que se refere ao emprego de grande quantidade de mão-de-obra e ao seu nível de classificação.

O plano previa 3 tipos de lotes, adaptados às próprias dimensões econômicas do empreendimento:

1º) Para pequenas indústrias, terão lotes aproximadamente de 2 mil metros quadrados;

2º) Para as médias indústrias, a previsão é de 10 mil metros quadrados;

3º) E as grandes, de 50 mil metros quadrados.

O plano da COPEG prevê 3 tipos de indústrias para fins de cessão de terreno: indústria média, indústria "média-grande e pesada" e indústria média-leve, com terrenos de 50, 10 e 2 mil metros quadrados. Da área total prevista para a instalação de indústrias, 1,5 km² se destinam ao primeiro tipo, 1,6 ao segundo e 1,2 ao terceiro. Os lotes reservados à indústria média-leve estão divididos em 2 grupos:

— um situado à margem esquerda da BR-101 e que poderá ser aproveitado imediatamente, da mesma forma que ocorrem com os lotes destinados às outras indústrias.

— os lotes situados na margem direita da Rio-Santos servirão para a expansão futura do distrito.

O plano é bom e exequível.

— Que fazer? inquirimos o Governo do Estado da Guanabara através dos seus órgãos de Planejamento e da Secretaria do Governo. E inquirimos desta tribuna... Silêncio, foi a resposta.

O Distrito Industrial de Santa Cruz seria servido pelos ramais de Mangaratiba e Japeri, sendo este último destinado a servir ao terminal de minérios das Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) na Ilha Guaiuba, em Sepetiba. Além disso, a entrada em trânsito da BR-

101 no trecho até Santa Cruz garantirá o acesso rodoviário livre ao local. No cruzamento entre os ramais de Mangaratiba e Japeri, a COPEG construirá um grande parque ferroviário com área de manobras para trens e caminhões com armazéns para containers.

Visualizando a importância do Terminal Marítimo, anotamos que a capacidade do Terminal, na sua fase inicial, será da ordem de 10 a 15 milhões de toneladas/ano, e, futuramente, a capacidade das instalações poderá ser ampliada para 25 milhões de toneladas/ano. Os trens descarregarão o minério diretamente para bordo, onde a atracação será tranquila, devido à profundidade da área de atração, com o calado inicial do canal de acesso de 22,5 metros, acomodando navios até de 250.000 DNT. A participação estatal é predominante na exploração do minério de ferro, mas a iniciativa privada se prepara para aumentar significativamente sua presença através do Projeto Sepetiba, sendo o custo total do projeto da ordem de 200 milhões de dólares.

A urbanização completa da região deveria estar concluída durante o ano de 1972. É só verificar o acordo entre a COSIGUA e a Companhia Siderúrgica Nacional para que o porto da Siderurgia da Guanabara tenha sua construção antecipada para ser utilizada pela CSN.

Em 1972 a COPEG deveria terminar a urbanização de toda a área, havendo possibilidade que antes do fim do ano já começassem a ser instaladas algumas indústrias situadas nos terrenos mais próximos dos ramais de Mangaratiba e Japeri. A própria construção dos terminais da CONSIGUA e da MBR e da unidade de Furnas exigia o aceleramento dos trabalhos neste setor do futuro distrito industrial.*

Da área total do terreno da COPEG — 7,4 quilômetros quadrados — 142 hectares (1,4 milhão de metros quadrados) serão conservados como área verde e cerca de 750 mil m² necessários para o funcionamento de serviços públicos e administrativos.

Srs. Congressistas:

No começo de 1970, quinze indústrias dos mais variados ramos e já localizadas no Rio, demonstraram ao Governo interesse em transferir-se de local, por se considerarem sem condições fiscais de expansão.

Um grupo alemão estaria interessado em estabelecer uma fábrica de esquadrias de plástico, tendo procurado elementos do Governo. Esta seria uma indústria pioneira no Brasil. Um grupo argentino pretendeu construir uma fábrica de medidores de gás; da Suíça, outro grupo pretendeu implantar uma indústria de tintas para a sinalização horizontal de rodovias e pintura de navios. Sabemos de firmas que pretendem implantar em Santa Cruz fábricas de fios de fibra acrílica, de curtume, de estamparia, marmoraria, produtos químicos e farmacêuticos.

Mão-de-obra:

A Zona Oeste, incluindo as regiões administrativas de Campo Grande e Santa Cruz e o município fluminense de Itaguaí, conta atualmente com uma força de trabalho da ordem de 196 mil pessoas, que corresponde a aproximadamente 98 mil pessoas economicamente ativas. Segundo o levantamento sócio-econômico da região, objetivando em primeiro plano a implantação do Distrito Industrial de Santa Cruz, 63% do total de pessoas economicamente ativas trabalham fora da zona oeste, destacando-se os bairros do centro da cidade e os subúrbios da Leopoldina. Desta população ativa, 38% fez algum curso técnico ou profissional, estando capacitada para o trabalho especializado. Neste grupo, 62% têm o curso primário completo ou mais. Asfirmam os pesquisadores ser possível supor que cerca de 43 mil pessoas, já residentes na Zona Oeste, poderiam disputar 20 mil empregos que provavelmente seriam gerados com a instalação do Distrito Industrial de Santa Cruz.

Que problema social de vulto iria o Estado resolver, adicionando os efeitos do aumento do poder aquisitivo e sua influência salutar na economia da Guanabara?! Como previsão se faltava visão!...

Além da importância da infra-estrutura necessária à implantação das indústrias — nos módulos dos terrenos já classificados e com dimensões balizadas, localizados às margens do canal de São Francisco e da BR-101 — o Estado criaria incentivos fiscais destinados a despertar o interesse aos industriais para se estabelecerem no Distrito Industrial de Santa Cruz.

Os técnicos da Secretaria de Governo (Planejamento), juntamente com os da Secretaria de Finanças, sabem que sem os incentivos pouco se poderá esperar para a região, uma vez que em outras regiões existem projetos apoiados pelo Governo Federal, para criação de novos pólos industriais, como é o caso do Centro Industrial de Aratu, na Bahia; o CODEC, no Ceará; o Distrito Industrial da Zona Franca, em Manaus.

As áreas de terras destinadas à implantação do Distrito Industrial da Zona Franca foram, pelo Decreto nº 63.106/68, declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação pela "SUFARMA". O Estado da Guanabara poderia obter concessão idêntica, desde que apresentasse ao Governo Federal judiciosa exposição de motivos, consubstanciada em considerações objetivas e concretas. Nada foi feito...

Desconhecemos o pensamento do Governo Estadual sobre o noticioso acordo realizado entre os Secretários da Agricultura da região geoeconômica do Rio, relativo à cobrança do I.C.M. Acreditamos, entretanto, que o Governo Carioca, sem precisar de deliberação de outros Estados, só poderia alterar o I.C.M. no sentido de reduzi-lo, especialmente em se tratando de produtos industrializados e consumidos no Estado. Além da redução do I.C.M. para a importação de máquinas, de 18 para 3,4%, já vigorante, os técnicos do Estado sabem que os terrenos de Santa Cruz serão negociados com os interessados a um preço bastante inferior ao cobrado pelo metro quadrado em zonas já industrializadas.

No Distrito Industrial de Santa Cruz os terrenos deveriam ser vendidos por preços muito abaixo da metade dos geralmente fixados para os terrenos industrializados, para fazer face à infra-estrutura. Acreditamos na suspensão ou redução dos impostos predial e territorial, num período dilatado, exclusivamente para as firmas que se instalarem na área correspondente à região territorial do Distrito Industrial de Santa Cruz.

Esperávamos que não prevaleçam insensatez da "reversão ao Estado dos terrenos vendidos às indústrias, em caso de falência". É uma cláusula que, além de ferir o Código Civil pois subtrai à massa falida a garantia real, elimina o interesse público pelos títulos empresariais. Seria fuga do investidor. Os teóricos do submundo político administrativo, que perdessem a mentalidade usufrutuária do DETRAN, hoje a melhor fonte de renda do Estado. Com esta mentalidade, como aplicar com justezas o conceito moral de arrecadação ou tributação?!

Quando se desejava uma fonte perene de recursos, decorrente das possibilidades da zona Oeste do Estado, o conceito de governar seria aumentar a produção e pôr a riqueza em circulação. O Estado tinha e tem condições para dinamizá-lo; apenas duas coisas são necessárias:

- a adoção de justa política de incentivos fiscais;
- e a criação dos instrumentos legais para a Zona Industrial e sua regulamentação

Só a falta de imaginação levaria, fatalmente, a seguir o caminho do aumento tributário como o mais cômodo para não enfrentar os problemas que pontilham no áspero caminho do Governo. E foi esta falta de imaginação a tônica do Governo do Sr. Chagas Freitas.

Em julho de 1971, ao responder à Representação Federal carioca, dizia: "Achamos justo a mobilização dos Senadores e Deputados Federais do MDB da Guanabara para dinamizar o Estado, exigindo um planejamento global com técnicos de alto gabarito e sem as injunções da baixa politicagem. Sem os instrumentos legais nada teremos

a pleitear. Passaremos apenas a pedir o basejo paternalista federal. E qual a instrumentação legal?"

— O cumprimento do anteprojeto do Deputado Estadual Pedro Ferreira da Silva, encaminhado ao Governador da Guanabara.

Ao Exmo. Senhor Presidente da República deveria ser colocado fatos concretos que assegurem, de forma perene, o desenvolvimento sócio-econômico da Guanabara. Qual o instrumento legal que justificasse a implantação dos incentivos fiscais para a Zona Oeste do Estado?

Nesta altura dos acontecimentos, isto é, já no ocaso de uma gestão governamental, perguntamos ao Estado:

1. Estabeleceu, em decreto, os limites da Zona Oeste da Guanabara?

2. Concedeu isenção sobre o ISS, ICM, imposto territorial e predial, bem como sua regulamentação?

3. Já definiu, em instrumento legal, as atividades do Grupo Executivo de Recuperação Econômica (GREGB)?

4. Cogitou-se de um Decreto Federal, "Dispondo sobre a instituição do Fundo de Recuperação Econômica da Guanabara?" — Para este fim é necessário, a priori, fixar, por lei, a Zona Oeste.

Podemos responder com segurança: Não!

"A recuperação do Estado foi projetada com apoio em um plano econômico integrado, que visava dotar a cidade de Santa Cruz e seus distritos de uma infra-estrutura capaz de suportar a expansão industrial necessária à reativação do Estado." É mister estabelecer os limites da Zona Oeste, a fim de que fique caracterizado aquele polo de expansão econômica e seja possível conceder às indústrias que ali se instalassem ou que estejam executando as obras destinadas à implantação de módulos fabris, possam pleitear dos Poderes competentes todas as concessões que vierem a ser estabelecidas, quer sob a fórmula de incentivos fiscais, quer sob outros favores especiais.

Que pleitear do Governo Federal?

Um Decreto-lei dispondo sobre a recuperação econômica do Estado da Guanabara, com os recursos derivados do Decreto-lei nº 157/67 e do Fundo Especial criado pelo Ato Complementar nº 40/68. Sim, este é o caminho, mas, prioritariamente, o Estado deverá fixar, por lei, a Zona Oeste, o que ainda não fez.

No matagal das vacilações e incertezas as ralas clareiras filtraram pouca luz. Carecemos de um planejamento promocional com impacto dirigido:

a) aos egressos do fisco em demanda ao vale do Paraíba, no eixo Rio-São Paulo;

b) aos capitais que, atraídos por um investimento seguro e incentivos compensadores, respondam ao impacto promocional.

Dispunha o Estado de estudos preliminares estabelecendo um padrão para as indústrias, consideradas de alta prioridade, média e baixa prioridade:

— Alta prioridade:

Supergelados

Liofilizados (banana)

Suco de laranja concentrado

Porcelana (isoladores e louça) EXPORTAÇÃO

Tintas para sinalização(+)

Carrocerias de duralumínio (++)

Esquadrias de alumínio

Teares automáticos

Máquinas para indústrias têxteis

Indústrias de ferramentas (+++)

Máquinas e equipamentos para navios

Medidores de vagão (gás e água)

Esquadrias de plásticos

Chapas e filmes virgens

Recuperação de óleo lubrificante e de granito negro lapidado (granito tijuca).

— Média prioridade:

Pias e aparelhos sanitários
 Máquinas para indústria de olaria e cerâmica
 Balcões frigoríficos e congêneres
 Acessórios para escritório
 Medidores e instrumentos elétricos de uso corrente
 Equipamentos de telecomunicações
 Componentes elétricos e eletrônicos
 Tacos e Parquet
 Armários, arquivos e mesas de metal
 Acondicionadores de plástico
 Acessórios para automóveis
 Instrumentos cirúrgicos
 Apalizados de calçado: somente para exportação
 Lentes e vidros óticos
 Óxido de berilo (exportação)
 Cristais de comunicações
 Cromagem dura (tratamento térmico)
 Fiação de fibras sintéticas
 Rainers e quadros de instrumentos e containers em geral.

— Baixa prioridade:

Equipamentos para controle e contadores de trânsito
 Chapas prensadas de fibra
 Móveis plásticos para escritórios e restaurantes
 Sacos de papel mutifolhados.
 Papel higiênico e "Yes"
 Papel: embalagem, cartão, cartolina e para escrever.

— Indústrias provavelmente ligadas às instalações da COSIGUA:

Cimento
 Fertilizantes
 Produtos farmacêuticos
 Carboquímica em geral (solventes e aromáticos)
 Ferramentas de mão e de corte
 Aços finos
 Laminação
 Artefatos de cimento e amianto
 Lajes pré-moldadas
 Gás (industrial e doméstico)

Por dever de justiça, ressaltamos o valor da COPEG como entidade piloto do planejamento do importante Centro Industrial da Guanabara. A COPEG está tão bem identificada com o problema que, para o êxito do planejamento global, não devemos desligá-la.

O Estado da Guanabara teve ao seu alcance todos os elementos para a implantação do Centro Industrial de Santa Cruz. Quando posicionei um cargo efetivo, preparei-me para bem representar o meu Estado, pesquisando suas amplas possibilidades e recursos. Assim, Srs. congressistas, justifico a exposição constante deste pronunciamento, para que a Nação tome conhecimento dos recursos atuais da Guanabara e das amplas possibilidades que foram colocadas face à administração do Sr. Chagas Freitas.

Além da potencialidade industrial do Estado, o seu atual Governo poderia quadruplicá-la com os recursos apontados. E o Centro Industrial de Santa Cruz, teria em sua órbita as cidades satélites do Grande-Rio... Teríamos uma incorporação sócio-econômica da periferia para o centro, pela absorção da mão-de-obra... Seria uma fusão centrípeta, sem os abalos de uma plástica sujeita à refeição.

Srs. Congressistas, que venha a fusão!

— Não aceitamos a premissa de que a fusão seja a salvação da Guanabara. O poder quantitativo e qualitativo de seus 5.908 estabelecimentos industriais, com apreciável arrecadação tributária da ordem de 7.706.257 contra 1.674.045 do Estado do Rio de Janeiro, tem a salvação decorrente dos seus próprios recursos.

Fosse implantado o Centro Industrial de Santa Cruz, estaria o Estado da Guanabara em condições de absorver a faixa do chamado "Grande Rio".

É que o fluminense não deseja apenas usufruir as delícias da beleza panorâmica da Guanabara. Procedentes das conhecidas cidades-dormitórios, do chamado Grande-Rio, vêm em demanda ao nosso expressivo mercado de trabalho. As barcas, os trens e ônibus, trazem e levam uma população oscilante que aqui chega em busca do ganha-pão, voltando aos seus lares, cujo abrigo é condizente com suas possibilidades salariais... resultante do emprego aqui obtido.

Pessoalmente não sou contra a fusão, apenas aguardarei a Mensagem Federal para estudar os aspectos sócio-econômico e político do magno problema, junto com os meus colegas. Jamais a liquidez de minhas críticas tinham, de forma frontal, contestações. A verdade é dolorosa mas precisa ser dita aos nossos representados. Todos nós sentimos inexistência de um planejamento global do complexo urbano, administrativo e econômico da Guanabara e que, entre outros aspectos, incidisse nos seguintes tópicos:

- urbanização
- explosão demográfica
- transporte
- poluição
- saneamento
- industrialização
- serviços
- aproveitamento da mão-de-obra
- abastecimento
- turismo
- ciência, cultura e pesquisa
- tecnologia
- ensino

Reservamos a este último tópico rápido comentário. O ensino, cujo alto gabarito era um padrão nacional e internacional, sofreu violento **debacle**. O Estado, na sua imprevidência, não dará cumprimento à Lei de Diretrizes e Base, pois não atenderá à demanda dos concluintes da 5ª série, automaticamente postulantes ao ginásial. No momento, a rede de colégios particulares, com ônus para o Estado, estão absorvendo número apreciável das várias séries, por carência de estabelecimentos, embora saibamos existir muitas escolas aguardando manutenção e reforma. Esta falha vem se repetindo anualmente, com acentuado acréscimo.

Srs. Congressistas, sabemos do equilíbrio que fundamenta as decisões do Governo Federal. A fusão, certamente, deverá comportar estudos no campo político, econômico e administrativo.

Aguardamos a Mensagem do Presidente da República. Em aqui chegando — seja qual for o tempo de sua tramitação — estaremos em face de uma realidade concreta: "A sua aprovação majoritária!!!"

Que resta ao Regional do MDB da Guanabara? Unir-se, nesta hora de decisões, para conduzi-lo coeso mas livre das mazelas que o infelicitaram, expurgando-os.

A fusão terá, então, uma máxima salutar: "Bani-los da vida política, registrando-os como o lixo da história!"

Assim, a claque que domina meu Estado, com os vícios da politização anterior a 1964, jamais se perpetuará, através de indicações espúrias, no continuismo da inoperância.

Srs. Congressista, para salvar a Guanabara, todos os meios são valiosos. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Não há mais oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 1974 — CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 07/74 — CN), apro-

vando o texto do Decreto-lei nº 1.298, de 26 de dezembro de 1973, que prorroga a vigência do Decreto-lei nº 1.115, de 24 de julho de 1970.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Congressistas quiser discuti-lo, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Esta encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado pela Câmara dos Deputados

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado pelo Senado Federal.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara e no Senado e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) —

Item 2.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 08, de 1974 — CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 08/74 — CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, que dispõe sobre as contribuições de que tratam o ar-

tigo 1º do Decreto-lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944 e o artigo 24 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, alterada pelo Decreto-lei nº 20, de 14 de setembro de 1966.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Congressistas quiser discuti-lo, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Esta encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado pela Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado pelo Senado Federal.

Aprovado o projeto de decreto legislativo pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Esta Presidência convoca o Congresso Nacional para reunir-se em sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, destinada à discussão e votação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 09 e 10/74, que aprovam os textos dos Decretos-leis nºs 1.294, de 1973, e 1.304, de 1974.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas.)

ATA DA 41^a SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE ABRIL DE 1974 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 7^a LEGISLATURA

PRESIDÊNCIA DO SR. PAULO TORRES

Às 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guiomard — Geraldo Mesquista — Flávio Britto — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luís de Barros — Jessé Freire — Domício Gondim — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenbergs — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Gustavo Capanema — José Augusto — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Emíval Caiado — Fernando Corrêa — Itálvio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Octávio Cesário — Antônio Carlos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nossa Senhora Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Raimundo Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Edíson Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA.

Piauí

Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Heitor Cavalcanti — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA; Severo Eulálio — MDB.

Ceará

Álvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Flávio Marcião — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Ozíris Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paráíbal Barroso — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Eitelvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Ricardo Fiúza — ARENA; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Sam-paio — ARENA; Oceano Carlelai — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rollemburg — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo Flóres — ARENA; Fernan-do Magalhães — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Hannequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; João Borges — MDB; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Ney Novaes — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domi-niques — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Régo — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Esírito Santo

Argilano Dario — MDB; Dirceu Cardoso — MDB; Élcio Álvares — ARENA; José Carlos Fonsêca — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Adolpho Oliveira — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Mário Paes — ARENA; Moacir Chiesse — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Amaral Netto — ARENA; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Eurípides Cardoso de Menezes — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Marcelo Me-deiros — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Reynaldo San-tana — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miran-da — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes —

ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scarano — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonsêca — MDB; Fernando Fagundes Netto — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coelho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio de Abreu — MDB; Sinval Boaventura — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alceu Gasparini — ARENA; Amáral Furlan — ARENA; Arthur Fonsêca — ARENA; Athié Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Bezerra de Mello — ARENA; Braz Nogueira — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Dias Mene-zes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Her-berth Levy — ARENA; Ildeílio Martins — ARENA; Italo Fitipaldi — ARENA; João Arruda — MDB; José Camargo — MDB; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Orensy Rodrigues — ARENA; Ortiz Monteiro — ARENA; Paulo Abreu — ARENA; Paulo Alberto — ARENA; Plí-nio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Salles Filho — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sílvio Lopes — ARENA; Sylvio Venturolli — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brá-silio Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fans-tone — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Braga Ramos — ARENA (SE); Flávio Giovine — ARENA; He-mes Macêdo — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Luiz Losso — ARENA (SE); Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Roberto Galvani — ARENA; Túlio Var-gas — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Ze-ni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Cesar Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Francisco Grillo — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaral de Sousa — ARENA; Amaury Müller

— MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Célio Marques — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Helbert dos Santos — ARENA; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Mário Mondino — ARENA; Milton Cassel — ARENA (SE); Nadyr Rossetti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Sinval Guazzelli — ARENA; Vasco Amaro — ARENA; Victor Isler — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 290 Srs. Deputados. Havendo número regimental declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin, primeiro orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (Pronuncia o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Acompanhada de atenciosa correspondência do Vereador Nelson Sala, recebi amplo expediente do Prof. Bruno Trennepohl, ilustre Diretor da Sociedade Educacional Três de Maio.

O expediente é um documentário real das tremendas dificuldades da Fundação e um dramático apelo às autoridades. Tratando-se de órgão que presta tantos serviços na formação das novas gerações, esperamos que a instituição seja atendida. O expediente é o seguinte:

Três de Maio, 22 de março de 1974.

Ilmo. Sr.
Dep. Antônio Bresolin
Câmara dos Deputados
Congresso Nacional
BRASÍLIA — DF.

Prezado Senhor:

Depois de longo tempo, que não mais lhe escrevo, permito-me a liberdade de lhe dirigir a presente.

Embora não lhe tenha escrito, nunca porém, deixei de acompanhar os seus eloquentes pronunciamentos através da imprensa, especialmente quando V. Sa. percorria esta região.

Ainda estão bem vivas em minha memória as passagens da campanha, quando V. Sa. disputava pela 1^a vez uma cadeira no Legislativo Estadual desse Estado, no qual tive oportunidade de atuar ativamente, eis que fazia parte da Diretoria da Ala Moça do extinto PTB de Panambi. Depois, desta memorável campanha não pude mais participar tão ativamente, tendo em vista que os meus afazeres não mais me permitiram, todavia, sempre vi com imensa satisfação as vezes em que V. Sa. figurava, entre os candidatos, que disputavam uma vaga no Legislativo Federal. E, vendo-o galgar com extraordinária rapidez cargos cada vez mais elevados e importantes, comprovando o seu dinamismo e sua extraordinária capacidade de trabalho. Assim, estou plenamente convencido de que o nosso esforço não foi em vão, mas, foi coroado de pleno êxito, tendo V. Sa. batalhado para solucionar as mais justas reivindicações.

Hoje, volto a solicitar os seus préstimos, porém, não para mim pessoalmente, mas sim para uma coletividade.

Nesta cidade de Três de Maio, funciona uma sociedade escolar denominada Sociedade Educacional Três de Maio, mais conhecida pelo Educandário que mantém: Colégio Presidente Getúlio Vargas. É ela mantenedora dos seguintes Estabelecimentos de Ensino: Fundação Educacional Pré-Primária, Instituto Educacional São Paulo, Colégio Presidente Getúlio Vargas e, no ano passado, assumiu também o Curso Superior de Administração (extensão da Universidade Federal de Santa Maria), vindo ao encontro do Sr. Prefeito Municipal, uma vez que a mesma estava a cargo da Prefeitura Municipal, e por exigência da Universidade deveria a mesma passar para uma sociedade, sob pena de extinção.

A Sociedade Educacional Três de Maio, de cuja sociedade, tenho a honra de fazer parte da Diretoria, assumiu sob sua responsabilidade esta Faculdade, não permitindo a sua extinção, fato que significaria uma irreparável perda para Três de Maio. Esta Faculdade se encontra hoje em pleno funcionamento, o que significa, sem dúvida, um orgulho para todos os Tresmaisenses.

O Colégio Presidente Getúlio Vargas se empenha na formação de Técnicos em Agricultura, com os mais afinados conhecimentos, pois, no próprio Colégio são ministradas as aulas práticas. Para isso o Colégio possui uma Granja, na qual são cultivadas as mais diversas plantações, tais como: trigo, soja, milho, feijão etc., inclusive com experiência de fertilizantes, além de exames de terra.

Mantém ainda, o Colégio, especialmente para bem educar seus alunos, criação, abate e comercialização de aves, coelhos, suínos e gado, tudo porém, em pequena escala. O Colégio possui uma área de 25,0 hectares de terra para o plantio, tendo adquirido no último ano mais 36,0 hectares.

Ocorre, entretanto, que a Sociedade se encontra numa delicada situação financeira, tendo em vista, que quase não percebe auxílio por parte dos órgãos governamentais, tanto Estaduais como Federais, e para sua auto-manutenção, necessário se torna, a ampliação de suas culturas agrícolas e da criação de aves e animais. Todavia, na atual situação a Sociedade não poderá se expandir, devido a falta de recursos. Já encaminhamos um expediente ao Banco do Brasil S.A., Agência local, para obtenção de financiamento, mas, também lá encontramos as portas fechadas. Foram experimentadas diversas tentativas para se obter um auxílio do Governo do Estado, mas, nenhum pedido foi deferido, todos negados.

Na última reunião da Diretoria, examinamos mais uma vez a situação e chegamos à triste conclusão, de que, se não conseguirmos nenhum financiamento a longo prazo, ou auxílio por parte dos órgãos governamentais, não teremos outra alternativa senão realizar todas as atividades da Sociedade. Tomamos, porém, a firme decisão de procurar de todas as maneiras obter meios, com os quais possamos permitir a continuação das atividades da Sociedade, uma vez que consideramos uma imensa necessidade a formação de Técnicos Agrícolas numa região agrícola como a nossa, que cresce assustadoramente, trazendo incalculáveis riquezas para nosso País, e para a sua expansão cada vez maior, é indispensável a formação de Técnicos Agrícolas em número cada vez maior.

Assim tomo a liberdade de solicitar a V. Sa. a sineza de interceder junto as organizações creditícias e nos órgãos governamentais, para obtenção de um financiamento e auxílios, a fim de não deixar que uma Sociedade que batalhou longos e longos anos, valendo-se de todos os meios que estavam ao alcance, proporcionando aos filhos deste município e municípios vizinhos meios e condições para poderem aperfeiçoar seus conhecimentos nos diversos cursos que mantém, seja extinta.

Estou convicto de que V. Sa. não deixará de se empenhar para o bem de nossa Sociedade, evitando-nos a adoção de uma medida extrema, a qual seria, de fechar as portas destes Educandários, que foram criados e mantidos, por suas Diretorias, com grandes esforços e dificuldades, pois, V. Sa. sempre procurou auxiliar as entidades escolares e especialmente quando se tratava de uma iniciativa que viesse em benefício do homem do campo.

Para melhor conhecer e se inteirar das dificuldades com as quais deparamos, formulou pela presente um convite a V. Sa. para visitar esta Sociedade, a fim de constatar e sentir in loco a necessidade da obtenção de auxílios, e verificar que não exagerei em minhas exposições, com relação à Sociedade.

Podeis estar certo de que será uma imensa satisfação para a Diretoria, tão bem como para o corpo docente, receber a grata visita de V. Sa. Três de Maio jamais se esquecerá do empenho que V. Sa. fizer para auspiciar a continuação dos cursos mantidos por esta sociedade.

Pela valiosa atenção que V. Sa. dispensar à presente, expresso de antemão meus melhores agradecimentos e valho-me da oportunidade para reiterar os protestos de alta estima e distinta consideração, firmando-me,

Atenciosamente
Bruno Trennepohl

Endereço:
Avenida Uruguai nº 670
Cx. Postal, L9
98910 — Três de Maio — RS.

Era o que eu tinha que dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Guedes.

O SR. GERALDO GUEDES (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Ex^e que se registre, na ata da sessão de hoje, um voto de pesar pelo falecimento, em Pernambuco, do Professor Manoel Rodrigues Filho. Ele foi embora para sempre, mas ficou na lembrança dos pernambucanos a figura de sua personalidade como sendo um engenheiro-agrônomo de raras qualidades; um professor universitário de grande conteúdo humano; Secretário de Agricultura responsável por assinalados serviços ao tempo da gestão já passada, distante, do professor Agamenon Magalhães e, ainda, Reitor da Universidade Rural, onde marcou a sua passagem com feitos notáveis, que tanto o corpo docente como o discente, daquela época e de hoje, jamais esquecerão.

Tendo em vista o que foi para Pernambuco, o que realizou durante a vida, os notáveis trabalhos que empreendeu quando geria a coisa pública, solicito ao Congresso que consigne, na Ata desta sessão, o pesar e o sentimento dos pernambucanos do Legislativo pelo passamento do Professor Manoel Rodrigues Filho.

Obrigado a V. Ex^e (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A edilidade fluminense, em que pesem as dificuldades existentes para o exercício do mandato representativo, decorrentes, principalmente, da falta de remuneração, há demonstrado elevado espírito público que bem se ajusta às gloriosas tradições do laborioso povo da Velha Província.

O Município de Porciúncula, por exemplo, tem posição de destaque dentre os demais, por força do inusitado entusiasmo de sua valiosa juventude em aprimorar o seu nível cultural.

Para tanto, tem contado com a compreensão e solidariedade da aguerrida edilidade local.

Sr. Presidente, acabo de receber um honroso expediente da Câmara Municipal da pujante Cidade de Porciúncula, encarecendo a minha modesta cooperação e a do ilustre colega e amigo Dayl de Almeida, a fim de ser criada uma Faculdade de Filosofia, aspiração maior da operosa e digna comunidade local.

As razões oferecidas são as mais convincentes. Como tal, confio no alto espírito público do Ministro Ney Braga que, por certo, tudo fará para atender a tão justa reivindicação.

Finalmente, ao fazer a leitura do expediente em questão, para que conste dos Anais do Congresso Nacional, consigno-as mais efusivas congratulações ao bravo e dinâmico Vereador Luiz Paulo Guedes, extensivas aos seus dignos pares. (Muito bem!)

É o seguinte o expediente a que se refere o Sr. Deputado Peixoto Filho, em seu discurso:

**República Federativa do Brasil
Estado do Rio de Janeiro**

28.390 — CÂMARA MUNICIPAL DE PORCIÚNCULA

Nº 26/74. Em 26 de março de 1974.

Senhor Deputado.

Pelo presente, envio a Vossa Excelência, em anexo, cópia da Indicação apresentada a esta Câmara em Reunião realizada em 22 do corrente, pelo Vereador Senhor Luiz Paulo Bastos Guedes, e unanimemente aprovada.

Certo da atenção de Vossa Excelência, para com a Indicação em apreço, valho-me da oportunidade para apresentar-lhe os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — Manoel Antônio Martins de Almeida, Presidente.

Anexo: Cópia da Indicação. (1).

À Sua Excelência o Sr. Deputado JOSÉ PEIXOTO FILHO.
DD. Deputado Federal.
Câmara dos Deputados
BRASÍLIA — DF.

CÓPIA.

Indico, à Câmara, ouvido o Plenário seja endereçado ofício aos Srs. Deputados Federais José Peixoto Filho e Dayl de Almeida, solicitando no sentido de que S. Ex^es reivindiquem junto ao Ministro da Educação e Cultura a criação de uma Faculdade de Filosofia, em Porciúncula.

Justificação:

Há mais de 60 pessoas entre senhoras, moças e rapazes de Porciúncula, que estudam nas Faculdades de Filosofia de Itaperuna e Carangola, tendo que viajar mais de 40 km. à noite.

Existe condição de funcionar em Porciúncula uma Faculdade de Filosofia, porquanto, temos alunos e prédio, onde poderá funcionar a Faculdade.

Três professores de Porciúncula já lecionam na Faculdade de Filosofia de Itaperuna e temos outros em condições de lecionar para Faculdade.

Hoje em dia, quase todos os professores primários estão cursando Faculdade de Filosofia, razão por que necessitamos da criação de uma Faculdade de Filosofia em Porciúncula.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1974. — Luiz Paulo Guedes, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Busato. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nina Ribeiro.

O SR. NINA RIBEIRO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no dia 11 de abril, três terroristas cruzaram a fronteira do Líbano para Israel, apoderaram-se de duas casas na pequena cidade de Kyriat-Shemona, localizada a dois quilômetros da fronteira com o Líbano, mataram a sanguge-frio 8 crianças, de idade entre 2 e 10 anos, 5 mulheres e 3 homens. Algumas das vítimas foram assassinadas em suas camas, enquanto dormiam. Pelo menos cinco das crianças foram jogadas pelas janelas do terceiro andar e assim foram mortas. Os três terroristas não se suicidaram, como foi noticiado pelos grupos de terroristas responsáveis por esse ato de crueldade, mas foram mortos num combate com forças de segurança de Israel.

É realmente mais um dos tristes e constrangedores episódios em que se vai tornando, infelizmente, pródiga a época em que vivemos, em que, paradoxalmente, o homem atinge a luta e se lança, pelos prodígios da técnica, à conquista intersideral, não obstante faltar, em muitos lugares e ocasiões, o mínimo de ética, de respeito humano, de comiseração para se evitar ações tão insensatas, tão criminosas, como esta de que é exemplo o episódio de Kyriat-Shemona.

Não creio, Sr. Presidente, que, em face dessa ocorrência, como de quantas outras, ninguém de boa vontade possa ficar indiferente, milite em que partido político militar, de qual credo ou de qual confissão religiosa for, não importa. Trata-se de elementar solidariedade humana, que desde épocas imemoriais tem distinguido o homem da besta-fera. Pela racionalidade, pelo sentido de respeito e consideração ao seu semelhante, não pode o homem, à margem de qualquer codificação, de qualquer princípio elementar, escrito ou não escrito, matar vítimas inocentes, sacrificando em holocausto à barbárie aquilo que existe de mais caro e de mais precioso, aquilo que constituiu o apanágio, a conquista secular da civilização, nos seus matizes mais sublimes. Por isso que, em face desta ocorrência indiferentes não podemos ficar, como nenhuma outra voz que tenha oportunidade de falar neste Congresso, tenho certeza, o ficaria, em face dos princípios elementares da solidariedade humana.

Tenho dito. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Busato.

O SR. ARNALDO BUSATO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas

A visita do Ministro da Agricultura Alysson Paulinelli, realizada aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no período de 30 de março a 1º de abril, atingiu plenamente os objetivos do Governo Federal, de incentivar o aumento da nossa produção tritícola.

A Imprensa Nacional, transcrevendo discurso proferido em Cruz Alta, Rio Grande do Sul, pelo titular da nossa Pasta agrícola, destacou a disposição de S. Ex^a em estudar a revisão do preço-garantia do trigo, fixado em Cr\$ 80,00 a saca de 60 quilos, pelo Conselho Monetário Nacional, em reunião de 4-2-1974. (Reivindicação da ordem de Cr\$ 92,00 a saca de 60 quilos).

Como tivemos oportunidade de abordar anteriormente, justifica-se plenamente o reestudo do mencionado valor, considerando-se a elevação vertiginosa verificada nos elementos componentes do custo da formação da lavoura de trigo, principalmente face aos constantes aumentos verificados nos preços dos fertilizantes, mão-de-obra e produtos derivados de petróleo, ocorridos após a fixação do preço pelo CNM.

Assegurou ainda o Ministro Paulinelli aos produtores do Sul do País que o Governo Geisel adotaria as providências visando à auto-suficiência da produção do cereal-rei no Brasil, esclarecendo

ainda que a política do trigo nacional a ser adotada pelo atual Governo da Revolução não ficará mais condicionada às flutuações do mercado internacional do produto.

As duas afirmações do Ministro reavivaram o ânimo dos milhares de triticultores brasileiros, em retornar ao plantio do cereal que, no corrente ano, deverá absorver divisas calculadas em aproximadamente US\$ 700.000.000,00.

A possibilidade da regulamentação do PROAGRO (Seguro Agrário) para as lavouras de verão da próxima safra, repercutiu favoravelmente entre aqueles que labutam no campo.

Porém, Sr. Presidente, podemos assegurar que a meta governamental objetivando a auto-suficiência da produção de trigo seria alcançada a prazo bem mais curto, se os Órgãos do Governo, responsáveis pela implantação do PROAGRO, acelerassem sua regulamentação, possibilitando sua vigência, já, a partir do plantio da safra de trigo de 1974.

Com a segurança de que suas lavouras de trigo seriam amparadas pelo PROAGRO, poderiam nossos produtores agrícolas, sem maior preocupação, lançar suas sementes de trigo ao solo objetivando a possibilitar ao nosso Governo a economia de divisas, exigidas com a obrigatoriedade importação de 2.700.000 toneladas de trigo, no corrente ano.

A redução dos custos de nossos produtos agrícolas reivindicada pelo Ministro da Agricultura aos nossos agricultores, está sendo tentada dentro das condições proporcionadas pelo nosso País. Entretanto, apesar dos esforços dispendidos pelos produtores para alcançar essa meta, com a intensificação da mecanização dos campos e o aprimoramento técnico das lavouras, ainda assim, luta nosso rural com a falta de melhores sementes que somente a pesquisa agrícola pode oferecer-lhe.

O que nós reivindicamos, Sr. Presidente, em nosso pronunciamento, é que o Sr. Ministro estimule ainda mais a auto-suficiência proclamada através da regulamentação e da implantação do PROAGRO ainda na próxima safra do trigo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cardoso de Almeida.

O SR. CARDOSO DE ALMEIDA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quero trazer, aqui, ao Congresso, uma notícia muito desagradável, da qual os Srs. Senadores e Deputados, principalmente dos Estados produtores de algodão, devem tomar conhecimento. Tenho a certeza de que, quando todos souberem desse fato, certamente o Governo Federal retirará a vantagem que concedeu para importação de algodão do exterior.

Estamos, no momento, importando 10 mil toneladas de algodão em pluma oriundo da Nicarágua e dos Estados Unidos. Para o algodão da Nicarágua, para o algodão da América Latina, dos países membros da ALALC a alíquota é zero para a importação. E para o algodão de outros países, que não fazem parte da ALALC, no momento, é de 5% a alíquota de importação. Antes dessa portaria ou desse dispositivo da CACEX, a alíquota cobrada para importação era de 50% para os países da ALALC e de 55% para outros países do mundo.

A situação não é boa. Não se pode admitir a continuação da importação de algodão, quando deveríamos pensar em aumentar a produção de algodão, tanto para vender para o exterior como para suprir o consumo interno.

Acontece que essas 10 mil toneladas poderão ser aumentadas, se não houver mudança de orientação, pelo novo Governo, nessa política de importação. E como essas importações foram encorajadas para agosto, setembro, outubro e novembro, queremos aqui demonstrar que iniciando-se a colheita dos algodões do Nordeste, se em agosto, quando começarem a colher os bons algodões nordestinos, irão ser encontrados no País algodões, subsidiados pelos Estados Unidos da

América nas suas exportações, e com uma alíquota de 5%, quando o ICM do algodão nordestino é de 15%, 16%. Vemos que não tem qualquer cabimento o prosseguimento dessa política suicida com relação à nossa produção algodoeira.

Peço que todos os Congressistas dos Estados algodoeiros nos ajudem, que avisemos ao Governo, principalmente ao Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, e ao Ministro da Fazenda para que dêem cobro e liquidem já, neste instante, essas importações absurdas, danosas, inconvenientes e até abusivas ao interesse nacional, no que se refere à produção do algodão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (Pronuncia o seguinte discurso.)
— Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A soja, esse feijãozinho humilde e despretensioso, tem estado ultimamente no cartaz, numa "parada de sucessos" onde ocupa um dos primeiros lugares.

E merecidamente, pois assumiu um papel de elevada importância na eterna e fatal batalha que consiste em matar a fome das massas viventes.

É certo que o espírito, a alma, não precisa de soja, mas a matéria, o corpo, este precisa, e muito.

O cartaz da soja aumentou muito desde quando ela "sumiu".

Começou "a novela da soja": escassez, excesso de exportação e outras causas alegadas, que, além da falta de soja causaram a do feijão, esse cereal obrigatório na mesa do brasileiro, que, por isso mesmo, foi valorizado com expressiva alta de preços.

A soja é altamente industrializável, particularmente para a produção do óleo de soja, hoje de grande procura e intenso consumo.

Esse óleo de soja, há mais de um mês, também sumiu.

No Rio, não é encontrado, ou melhor, só em alguns supermercados se pode encontrar e, assim mesmo, racionado e a preço elevado. É preciso dormir em filas quilométricas para se conseguir uma lata e, assim mesmo, se der para isso. Normalmente o óleo acaba muito antes da fila, e o pessoal do meio para a retaguarda volta mesmo sem óleo.

Qual é o problema, enfim?

Simples: os produtores querem aumento de preço.

Conseguido esse, o óleo aparece, às toneladas.

Como sempre acontece, aliás.

A manobra é primária, simplória, típica do raciocínio do Homem da Idade da Pedra, mas dá resultado, é positiva, é eficiente.

Convém lembrar que o tabelamento, remédio muito usado, não dá resultado.

Desde quando o rei Dario, dos Persas, empregou esse artifício pela primeira vez, tabelou alguns artigos de primeira qualidade, os comerciantes esconderam os referidos, isto é, os artigos sumiram e só apareceram quando os preços chegaram onde eles queriam, jogando no lixo o tabelamento real.

A manobra, pois, é a mesma desde aqueles tempos: esconde-se o produto, faz-se com que ele suma do mercado até que seja liberado o tabelamento ou seja concedido o aumento de preço desejado.

Só isso, mas basta isso.

Soube, por ouvir dizer, que há depósitos, lá no Rio, atulhados de caixas de latas de óleo de soja, estocadas, esperando o aumento dos preços. Fáceis de localizar e de serem requisitados e postos à venda por ação das autoridades competentes. Com sanções para os "ocultistas", pois isso é crime contra a economia popular, previsto em lei.

Mas, quem vai atuar, quem vai fazer isso?

Aí é que está o xis do problema e deixo esse xis à especulação, à imaginação dos que me ouvem e à consideração das autoridades competentes (federais, é claro, porque lá da Guanabara, por exemplo, isso não existe).

Há informações alvissareiras para o sofrido povo Carioca: teria havido um "acordo de cavalheiros" entre as autoridades e os donos do óleo de soja. Quer dizer: o óleo vai reaparecer... com o preço aumentado, é claro.

Os "depósitos ocultos" vão se esvaziar e o óleo, que nunca faltou, vai surgir impávido e invicto nos supermercados e outros locais.

A verdade: não houve falta e sim sonegação.

Lembro, a propósito, duas coisas:

1º — a manobra dos especuladores é velha, é antiga, desde o tempo do Rei Dario, dos Persas, pelo menos, mas é atual, é primária e dá resultado;

2º — acordo de cavalheiros com tubarões é blague; tubarão é peixe predatório, nunca foi cavaleiro, ou seja, nunca montou a cavalo, e muito menos cavalheiro; pode ser que entre as autoridades haja cavalheiros ou cavaleiros, mas, do outro lado, não há nada disso — há tubarões apenas.

O fato é que, para aumentar preços não é preciso fazer "acordo de cavalheiros".

Basta conceder o aumento e, aliás, é voz corrente entre as donas de casa que, "se o problema é aumento de preço, é melhor dar logo esse aumento, porque assim o óleo de soja volta a aparecer".

Dé-se logo o aumento e está tudo resolvido.

Agora, que fazer "acordo de cavalheiros" com essa gente é coisa que não devia ser feita, isto é a verdade.

O que devia ser feito é outra coisa, bem diferente, mas essa está, pelo menos, fora de cogitação. Por enquanto...

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Prisco Viana.

O SR. PRISCO VIANA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Por se tratar de matéria relevante e que já foi objeto de investigação nesta Casa, desejo, nesta oportunidade, trazer ao conhecimento do Congresso Nacional ato baixado hoje pelo Sr. Ministro do Trabalho, Deputado Arnaldo Prieto, que resolveu revogar a Portaria 3.024, que visava a consolidar a legislação eleitoral sindical.

A referida Portaria já havia sido objeto de suspensão, feita na gestão passada, do Ministro Júlio Barata, em virtude, inclusive, de manifestações contrárias enviadas ao Ministério do Trabalho por entidades sindicais, tanto de empregadores quanto de empregados.

O Ministro Arnaldo Prieto, simultaneamente, restabeleceu a Portaria nº 40 e legislação complementar, que continuam, assim, a disciplinar as eleições sindicais no País.

Em outro ato, também firmado hoje, o Ministro constituiu um Grupo de Trabalho para, no prazo de 90 dias, revisar toda a legislação existente e propor sua consolidação normativa.

Decidiu também o Sr. Ministro do Trabalho instruir esse referido Grupo de Trabalho no sentido de que, nessa consolidação da citada legislação, sejam ouvidas as entidades sindicais que, inclusive, já de algum tempo, têm feito chegar ao Ministério do Trabalho suas apreensões e suas reivindicações, resultando em importantes contribuições para o aprimoramento dessa legislação.

Era a comunicação que considerava de necessidade fazer ao Congresso Nacional, porque, como disse, tem sido esta uma matéria que provoca debates e investigações tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Em maio próximo, Campinas será palco do XVIII Congresso Paulista de Municípios.

Calcula-se que nossa cidade venha a hospedar um mínimo de 2.500 pessoas, entre os Prefeitos, Vereadores e acompanhantes das 500 comunas bandeirantes que serão representadas.

Já se empenha a Comissão Executiva no estudo das teses a oferecer, e no levantamento das possibilidades de acomodação para todo esse contingente humano esperado.

As sessões solenes de instalação e encerramento do concorrido conclave serão levadas a efeito no Cine Jequitibás. Para as demais, os lugares ainda não foram escolhidos.

Informando à imprensa a respeito, seu Coordenador, Ronald de Souza, adiantou que, dentro do tema "Humanização das Cidades", serão discutidas várias teses a recomendarem que os municípios

"já devem preparar-se hoje para proporcionar a curto, médio ou longo prazo, todas as condições de lazer às gerações futuras."

Ainda pertinente a esse tema, o Congresso apreciará trabalhos que sugerem às cidades, que totalizem mais de 400.000 habitantes, que passem a se preocupar com seus metrôs, nos respectivos planejamentos básicos não se descurando de preservar, conservar e ampliar áreas verdes e locais públicos destinados a centros de recreação.

Só assim evitarão reeditar os equívocos da formação paulistana.

Numa das reuniões preparatórias do Congresso, Sr. Presidente, a cidade de São Paulo foi apontada como modelo que não deve jamais ser reproduzido, como exemplo negativo.

Foi ainda o Coordenador do Congresso que advertiu:

"Os municípios devem fazer tudo para não incorrer nos mesmos erros cometidos pela cidade de São Paulo, que é hoje um centro urbano desumano e aparentemente sem remédio."

Releva registrar, Sr. Presidente, uma das reivindicações do conclave, a que pleiteará do Banco Nacional da Habitação que estenda, efetivamente, sua ação até o meio rural, nele construindo centros comunitários. Levando-se conforto, mínimo que seja, às zonas rurais, lograr-se-á integrar, prevenindo-se com isso o êxodo rural.

Outra medida por cuja efetivação se baterá o XVIII Congresso Paulista de Municípios refere-se ao controle do transporte coletivo intermunicipal, presentemente afeto ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, e que deverá ficar sob a responsabilidade direta das Prefeituras.

Alegam com razão os defensores dessa tese que, à medida em que cada comunidade, consciente das falhas de seus transportes, puder implantar novas linhas intermunicipais e fixar trajetos mais adequados às necessidades crescentes da população, irá objetivando-as, com isso melhorando tais serviços.

O que se vem observando, nesse setor, é que os itinerários definidos pelo DEER vêm, não raro, obrigando os passageiros a se valem de mais de dois ônibus em cada viagem. E os veículos que fazem percursos intermunicipais rodam, no geral, excessivamente lotados, colocando em risco a vida dos usuários.

Uma novidade a consignar é o ato do operoso Prefeito de Campinas, Dr. Lauro P. Gonçalves, facultando aos operários municipais, que atuam em serviços públicos, assistir aos trabalhos de plenário. Com isso alcançarão elas consciência mais nítida do valor das funções que desempenham.

Esperando, Sr. Presidente, colha o XVIII Congresso Paulista de Municípios o melhor êxito possível ao final dos trabalhos desenvolvidos, que hão de ser todos no sentido de, concomitantemente, elevar o nível de humanização das cidades bandeirantes, ampliar-lhes os fluxos de desenvolvimento e dilatar-lhes os horizontes culturais, cumprimentamos efusivamente a todos os seus promotores.

Era, Sr. Presidente, o que, com grande orgulho, trazímos hoje para registro nos Anais da Câmara dos Deputados. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A Austrália, hoje em franco e acelerado desenvolvimento, é um País de belezas infinitas e de formação remotíssima.

Garantem os paleontologistas haver o primeiro australiano nascido há 31.000 anos. Para tal afirmativa, baseiam-se esses cientistas no exame radiocarbônico de objetos de pedra e de ossos de animais encontrados em Keilor, um subúrbio de Melbourne.

Em menos de dois séculos, Sr. Presidente, as três gerações que sucederam os 1.030 pioneiros que criaram aquela grande terra transformaram-se em 12 milhões de habitantes, que fizeram da ilha-continento uma das primeiras nações na indústria manufatureira, na produção de alimentos e no comércio.

Sidney, Melbourne, Adelaide, Brisbane, Darwin, Perth e Hobart formam, com Camberra, o grupo de cidades mais importantes, sendo que as duas primeiras, presentemente, totalizaram ou totalizam mais de 2 milhões de habitantes!

De ressaltar-se, Sr. Presidente, por curioso, que ainda hoje se encontram descendentes daqueles primeiros habitantes do continente, a que há pouco nos referimos. Vivem em regiões áridas, como autênticos aborígenes e, também, em zonas próximas da civilização. Os mais interessantes são chamados pintubi, cuja pele escura e feições grosseiras contrastam violentamente com a cor dos cabelos, de um louro esmaecido. A grande maioria desse povo primitivo é localizada na Austrália Central, nas proximidades de Alice Springs.

Celebra a Austrália sua data nacional a 26 de janeiro, dia em que, em 1788, onze pequenos navios aportaram à enseada de Sidney, em Nova Gales do Sul, dando origem à Nação.

Tendo saído da Inglaterra, em longa e penosa viagem, aquelas embarcações transportaram 1.030 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, sob o comando do Capitão Arthur Phillip, 18 anos depois da descoberta da costa leste pelo navegador James Cook.

De região agropastoril, a seu início, a Austrália foi progredindo e diversificando suas atividades produtivas, para, nas duas últimas décadas, se transformar em grande nação industrial.

Esse extraordinário progresso tem atraído cooperadores de toda sorte e de vários países, que ali passam a viver e trabalhar, irmados no mesmo esforço propulsivo do desenvolvimento econômico-social. Registra sua população, Sr. Presidente, um imigrante em cada grupo de seis pessoas.

Sua gente, rumorosa e feliz, apresenta alto nível de vida, com um automóvel para cada três habitantes.

A passagem do dia nacional da Austrália verificou-se durante o recesso, razão por que só agora pudemos a ela nos referir, oportunidade em que saudamos aquela próspera comunidade e lhe cumprimentamos pelos métodos de trabalho, que lhe têm valido tanto crescimento e expansão.

E estimamos que seus sucessos económicos logo lhes acelerem o dilargamento das fronteiras culturais, para a ascendente felicidade de sua juventude e de todo o seu povo.

Era, Sr. Presidente, o que tínhamos hoje para registrar. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Esgotado o período de breves comunicações, vamos passar à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1974—CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 9/74-CN), aprovando o texto do Decreto-Lei nº 1.294, de 19 de dezembro de 1973, que cria o cargo de Presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra para discuti-lo, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO NETTO — Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Bonifácio Netto, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO NETTO (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o art. 55 da Constituição é bem claro, quando admite a figura do decreto-lei para a criação de cargos públicos e fixação de vencimentos.

Assim raciocinando, a nobre Comissão Mista que apreciou a matéria entendeu constitucional o decreto-lei ora em apreciação. Ele cria o cargo de Presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. Trata-se de autarquia instituída por lei de novembro de 1972, na órbita do Ministério da Saúde.

Na Exposição de Motivos com que a matéria foi submetida ao Senhor Presidente da República, o antigo Diretor-Geral do DASP explicou que o cidadão nomeado para exercer a Presidência deste Instituto desde 13 de abril de 1973 estava sem receber os vencimentos porque o cargo não fora formalmente criado. Assim, Sr. Presidente, nada mais justo do que a criação do cargo.

Mas, é preciso relembrar a regra do art. 55 da Constituição por inteiro. Ela só admite o decreto-lei nos casos de urgência ou de relevante interesse público, e desde que não haja aumento de despesa.

Ora, Sr. Presidente, no caso presente temos que, em primeiro lugar, a Exposição de Motivos do antigo Diretor-Geral do DASP não se referiu sequer a urgência e tanto ela não existia que o fato remontava a abril, a Exposição de Motivos é de novembro de 1973 e até aí nenhuma providência fora tomada. Em segundo lugar, nem a Exposição de Motivos, nem o Parecer da nobre Comissão Mista que apreciou a matéria referem-se uma vez sequer à existência de relevante interesse público, no caso. Em terceiro lugar e finalmente, é indiscutível que houve aumento de despesa.

Diz o Parecer da Comissão Mista que existia uma previsão orçamentária, mas é óbvio que essa previsão orçamentária não poderia referir-se ao pagamento do presidente desse Instituto, pela simples razão de que esse cargo não existia. Assim, só quando esse cargo passou a existir também teve início a despesa.. Logo, houve aumento de despesa.

Por todos esses motivos, Sr. Presidente, o MDB, que invariavelmente tem combatido, desta tribuna, o uso indiscriminado dos decretos-leis, na defesa das prerrogativas do Poder Legislativo,

manifesta, por seu intermédio, seu voto contrário à aprovação do presente projeto. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Em votação o projeto. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara e no Senado e dispensada a Redação Final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres)

Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1974-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 10/74-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.304, de 8 de janeiro de 1974, que dispõe sobre a sistemática de captação de incentivos fiscais deduzidos do Imposto de Renda, e dá outras providências.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Parlamentares desejar fazer uso da palavra, encerrei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e dispensada a Redação Final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, convocando os Srs. Parlamentares para sessão do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, dia 18, às 10 horas e 30 minutos, destinada a discussão e votação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 11 e 12/74, que aprovam os textos dos Decretos-leis nºs 1.295 e 1.296, de 1973.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 30 minutos.)

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

HISTÓRICO DA LEI Nº 4.740, de 15-7-1965

Tomos I e II, num total de 926 páginas.

PREÇO DOS DOIS TOMOS: Cr\$ 40,00

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

**HISTÓRICO DAS LEIS Nºs 5.682, de 21-7-1971
e 5.697, de 27-8-1971**

Tomos I e II, num total de 892 páginas.

**Publicação da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
(antiga Diretoria de Informação Legislativa)**

PREÇO DOS DOIS TOMOS: Cr\$ 40,00

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464).
- Instalação — 1^a Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2^a Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)

DISCURSOS

(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional
— vide índice de oradores)

DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

EMENDAS

- (DCN — 2-9-1970, pág. 477)
- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S.II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

MENSAGEM Nº 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

— Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

SANÇÃO

— Lei Complementar nº 7/70 (D.O — 8-9-1970, 1^a pág.)

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 558)

— Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

DECLARAÇÕES DE VOTOS

(DCN — 4-6-1970, pág. 617)

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
(antiga DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50